

Ofício nº 44 /2019.

Goiânia, 22 de janeiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **JOSÉ ANTÔNIO VITTI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser

NESTA

Senhor Presidente,

Reporto-me ao seu Ofício nº 732-P, de 02 de janeiro de 2019, que encaminhou à Governadoria o **autógrafo de lei nº 489**, de 18 de dezembro de 2018, o qual **“dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Estado de Goiás e dá outras providências”**, a fim de comunicar-lhe que, apreciando o seu teor, decidi, no uso da competência a mim conferida pelo § 1º do art. 23 da Constituição Estadual, vetá-lo integralmente, pelas razões a seguir expostas:

RAZÕES DO VETO

Sobre o assunto foi ouvida a Procuradoria-Geral do Estado e oferecido por sua titular o Despacho nº 34/2019 - GAB, inserto nos autos nº 201900013000040, a seguir transcrito no útil:

“DESPACHO Nº 34/2019 SEI-GAB – (...) 2. Em que pese sua relevância social, a matéria tratada na proposição impõe à Administração uma obrigação que retrata ingerência na autonomia do Executivo, porque reflete na organização, funcionamento e estruturação de seus órgãos, o que pertence ao campo de reserva de iniciativa do Governador do Estado, aludido no art. 61, § 1.º, da Constituição Federal.

3. Ademais, a obrigatoriedade de que cuida o autógrafo implica na realização de despesas – aquisição das cadeiras de rodas –, sem a prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário,



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNADORIA DO ESTADO



vislumbrando-se violação às regras constitucionais sobre iniciativa de lei, conforme dedução acima exposta e, também, sobre a reserva de administração (art. 37, XVIII, da CE), além de representar ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

4. Em virtude, portanto, do vício de inconstitucionalidade, opino pelo **veto jurídico integral** ao Autógrafo de Lei sob análise.

(...)"

Diante do pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado, segundo o qual a propositura afronta a um só tempo o ordenamento constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, vetei integralmente o presente autógrafo de lei, o que fiz por meio de despacho dirigido à Secretaria de Estado da Casa Civil, onde ficou, inclusive, determinado que ela lavrasse as presentes razões que ora subscrevo e ofereço a esse Parlamento.

Apresento, nesta oportunidade, a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos de consideração e apreço.


Ronaldo Ramos Caiado
Governador do Estado



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.
LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2018.

Dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as repartições públicas do Estado de Goiás obrigadas a disponibilizar uma cadeira de rodas para atender pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiência física ou com mobilidade física reduzida de caráter permanente ou temporário.

Art. 2º A cadeira de rodas deverá estar disponibilizada na portaria das repartições públicas para o deslocamento de funcionários, visitantes e demais pessoas que necessitem ocupar as dependências da instituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 18 de dezembro de 2018.


Deputado JOSÉ VITTI
- PRESIDENTE -


- 1º SECRETÁRIO -


- 2º SECRETÁRIO -



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



CERTIDÃO DE VETO

() INTEGRAL () PARCIAL

Certifico que o autógrafo de lei nº 489, de 18/12/18, foi remetido por esta casa à SANÇÃO governamental em 03/01/19, via ofício nº 432/P e 22/01/19, devolvido a este Poder Legislativo, conforme ofício nº 44/G, sendo devidamente protocolado na data abaixo.

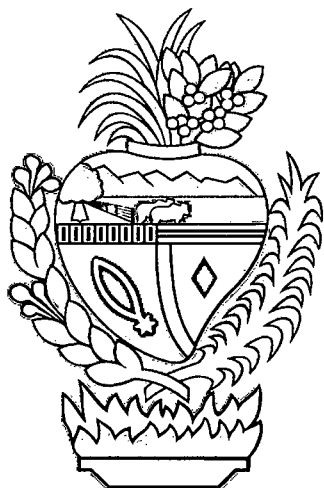
Goiânia, 22/01/19.

Lêda Aparecida Moreira
Chefe de Protocolo e Arquivo
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Seção de Protocolo e Arquivo

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 23 / 10 / 1979

1º Secretário,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

2019000189

Autuação: 22/01/2019

Nº Ofício: 44 - Q

Origem: GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS

Autor: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS

Tipo: VETO

Subtipo: INTEGRAL

Assunto: VETA INTEGRALMENTE O AUTÓGRAFO DE LEI Nº 489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.





Ofício nº 44 /2019.

Goiânia, 22 de janeiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **JOSÉ ANTÔNIO VITTI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser

NESTA

Senhor Presidente,

Reporto-me ao seu Ofício nº 732-P, de 02 de janeiro de 2019, que encaminhou à Governadoria o autógrafo de lei nº 489, de 18 de dezembro de 2018, o qual “dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Estado de Goiás e dá outras providências”, a fim de comunicar-lhe que, apreciando o seu teor, decidi, no uso da competência a mim conferida pelo § 1º do art. 23 da Constituição Estadual, vetá-lo integralmente, pelas razões a seguir expostas:

RAZÕES DO VETO

Sobre o assunto foi ouvida a Procuradoria-Geral do Estado e oferecido por sua titular o Despacho nº 34/2019 - GAB, inserto nos autos nº 201900013000040, a seguir transcrito no útil:

“DESPACHO Nº 34/2019 SEI-GAB – (...) 2. Em que pese sua relevância social, a matéria tratada na proposição impõe à Administração uma obrigação que retrata ingerência na autonomia do Executivo, porque reflete na organização, funcionamento e estruturação de seus órgãos, o que pertence ao campo de reserva de iniciativa do Governador do Estado, aludido no art. 61, § 1.º, da Constituição Federal.

3. Ademais, a obrigatoriedade de que cuida o autógrafo implica na realização de despesas – aquisição das cadeiras de rodas –, sem a prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário,



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNADORIA DO ESTADO



vislumbrando-se violação às regras constitucionais sobre iniciativa de lei, conforme dedução acima exposta e, também, sobre a reserva de administração (art. 37, XVIII, da CE), além de representar ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

4. Em virtude, portanto, do vício de inconstitucionalidade, opino pelo **veto jurídico integral** ao Autógrafo de Lei sob análise.

(...)"

Diante do pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado, segundo o qual a propositura afronta a um só tempo o ordenamento constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, vetei integralmente o presente autógrafo de lei, o que fiz por meio de despacho dirigido à Secretaria de Estado da Casa Civil, onde ficou, inclusive, determinado que ela lavrasse as presentes razões que ora subscrevo e ofereço a esse Parlamento.

Apresento, nesta oportunidade, a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos de consideração e apreço.


Ronaldo Ramos Caiado
Governador do Estado



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.
LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2018.

Dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as repartições públicas do Estado de Goiás obrigadas a disponibilizar uma cadeira de rodas para atender pessoas portadoras de necessidades especiais, deficiência física ou com mobilidade física reduzida de caráter permanente ou temporário.

Art. 2º A cadeira de rodas deverá estar disponibilizada na portaria das repartições públicas para o deslocamento de funcionários, visitantes e demais pessoas que necessitem ocupar as dependências da instituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 18 de dezembro de 2018.


Deputado JOSÉ VITTI
- PRESIDENTE -


- 1º SECRETÁRIO -


- 2º SECRETÁRIO -



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



CERTIDÃO DE VETO

() INTEGRAL () PARCIAL

Certifico que o autógrafo de lei nº 489, de 18/12/18, foi remetido por esta casa à SANÇÃO governamental em 03/01/19, via ofício nº 432/P e, 22/01/19, devolvido a este Poder Legislativo, conforme ofício nº 44/G, sendo devidamente protocolado na data abaixo.

Goiânia, 22/01/19.

Lêda Aparecida Moreira
Chefe de Protocolo e Arquivo
Assessoria Legislativa do Estado de Goiás

Seção de Protocolo e Arquivo

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em 23 / 07 / 2019

1º Secretário,



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) Kenler Cabral

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 26 / 02 / 2019.

Presidente: _____



PROCESSO N.º: 2019000189

INTERESSADO: Governadoria do Estado de Goiás

ASSUNTO: Veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 489, de 18 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre o Ofício nº 44, de 22 de janeiro de 2019, de autoria da Governadoria do Estado, comunicando esta Casa que, apreciando o autógrafo de lei nº 489, de 18 de dezembro de 2018, resolveu vetá-lo integralmente, com fundamento no § 1º do art. 23 da Constituição do Estado.

Conforme comprova a certidão retro, o veto foi realizado tempestivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, como determina o § 1º do art. 23 da Constituição Estadual.

A proposição legislativa que resultou no autógrafo de lei vetado dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Estado de Goiás e dá outras providências.

Ao fundamentar o veto, a Governadoria afirmou que foi ouvida a Procuradoria Geral do Estado e oferecido por seu Titular o Despacho nº 34/2019 - GAB, recomendando o veto integral da propositura, uma vez que implica na realização de despesas – aquisição de cadeira de rodas -, sem a prévia estimativa de impacto financeiro e orçamentário, vislumbrando-se normas constitucionais sobre iniciativa de lei, além de representar ofensa à lei de Responsabilidade Fiscal.



Entendemos que o veto deve ser mantido por seus próprios fundamentos.

A matéria é da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme preceitua o art. 20, § 1º, inc. 11, da Constituição Estadual, bem como os arts. 61, §1º, inc. II e 84, inc. VI da Constituição Federal, que dispõem ser da competência do Chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo nos casos que digam respeito a organização e funcionamento da Administração Pública.

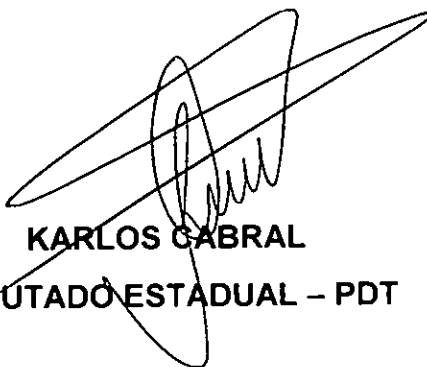
No processo original não houve demonstração do impacto orçamentário-financeiro, tal qual exigido nos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resta evidente que a execução do objeto do Autógrafo de Lei em tela implicará em novos gastos públicos, sendo sabido que compete ao Poder Executivo avaliar a forma de aplicar os recursos, principalmente em tempos onde o Estado está sob Decreto de Calamidade Financeira.

Por tais razões, somos pela manutenção do veto.

É o relatório.

SALA DAS SESSÕES, em 26 de Fevereiro de 2019.



KARLOS CABRAL
DEPUTADO ESTADUAL – PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

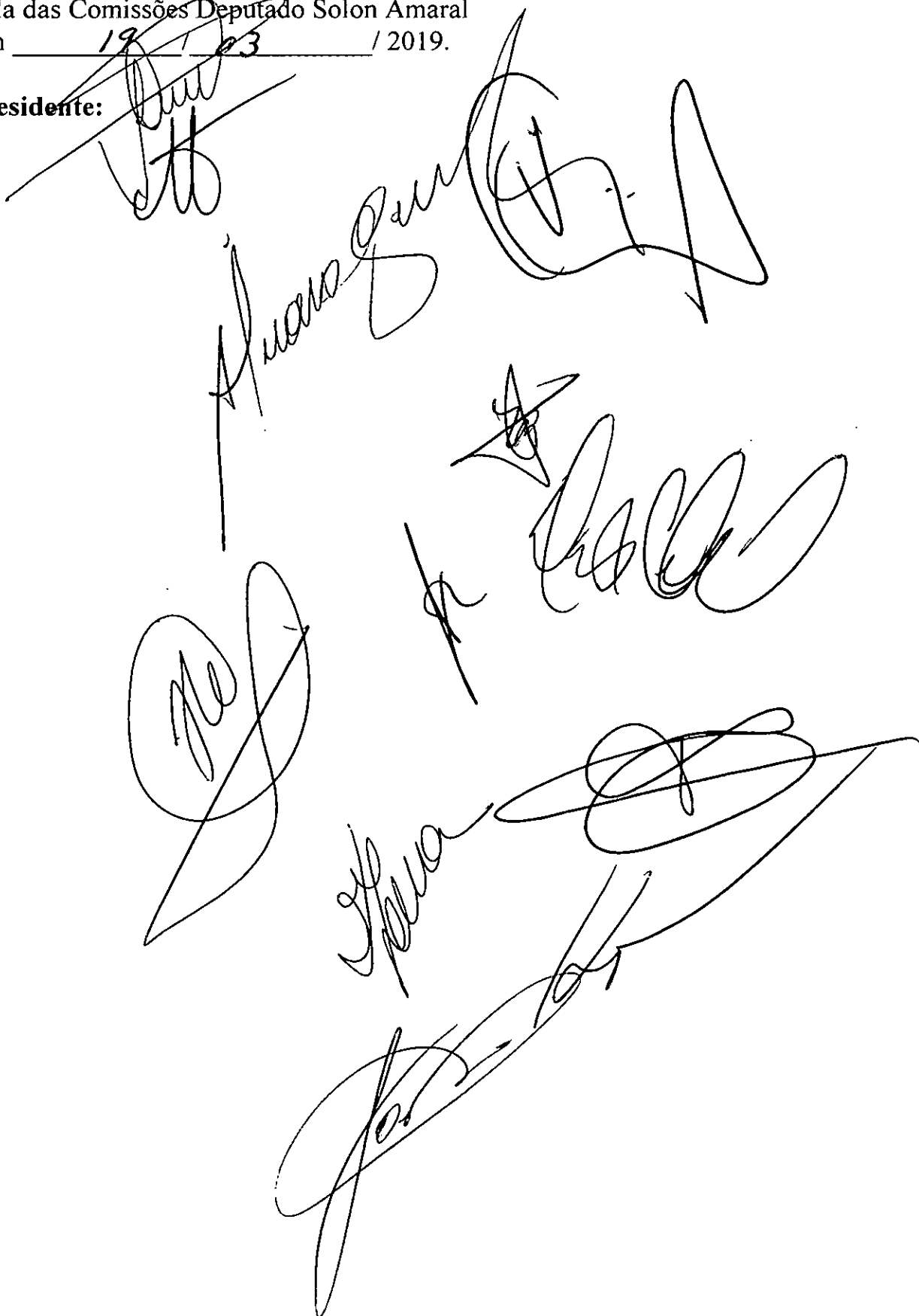
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MANUTENÇÃO DO VETO.**

Processo Nº 189/19

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 19 / 03 / 2019.

Presidente:



The page contains several handwritten signatures in black ink. At the top left, there is a signature that appears to be 'Solon Amaral' with a large flourish. Below it, the name 'Solon Amaral' is written in a cursive script. To the right, there are several other signatures, some of which are more stylized and less legible. The signatures are scattered across the page, with some overlapping. The overall appearance is that of a formal document with multiple approvals or signatures.